

10 anos
2004

com lugar na cidade
2014



Relatório & Contas



ecalma

empresa municipal
de estacionamento
e circulação de almada

www.ecalma.pt



Um lugar na Cidade





E_Índice

- 1_ Relatório do Conselho de Administração
- 2_ Balanço Individual
- 3_ Demonstração Individual de Resultados
- 4_ Demonst. Individual das Alterações nos Capitais Próprios
- 5_ Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
- 6_ Anexo às Demonstrações Financeiras
- 7_ Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas

2015

Relatório & Contas

ecalma

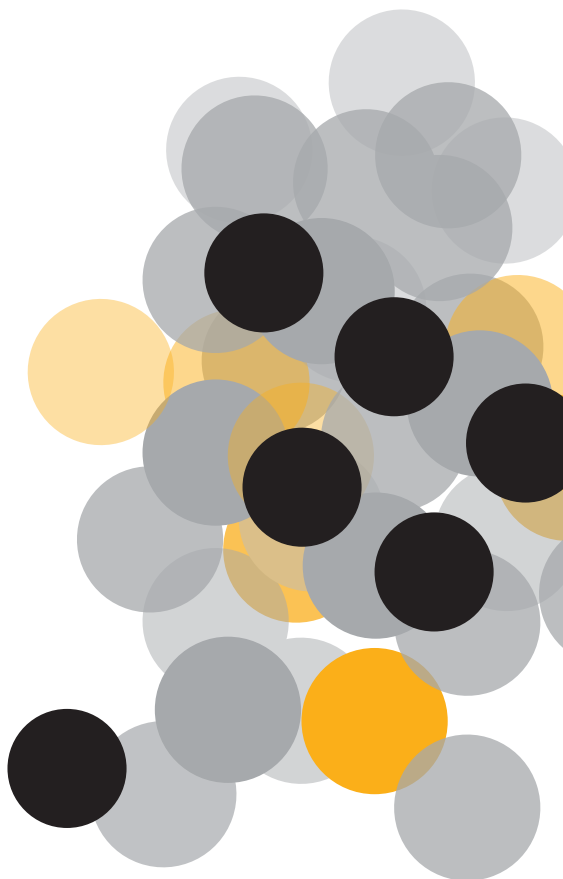
empresa municipal
de estacionamento
e circulação de almada



1_Relatório do Conselho de Administração

2015

Relatório & Contas





RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2015

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na Lei 50/2012 de 31 de Agosto e nos Estatutos da Ecalma – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, vem o Conselho de Administração, submeter à apreciação da Câmara Municipal de Almada, no exercício dos poderes titulares desta, previstos na alínea d) do art.º 24º dos Estatutos, o Relatório do Conselho de Administração, as Contas do Exercício, a proposta de aplicação de resultados e o parecer do Fiscal Único, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

De relevar neste relatório:

- A continuidade da estratégia, que temos vindo a denominar de preventiva, e o seu impacto nos rendimentos provenientes, sobretudo, das taxas (remoções e diárias);
- A aplicação da Compensação por Ocupação Indevida da Via Pública (COI) nas zonas tarifadas à superfície, em consonância com o novo Regulamento Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada;
- O reforço da equipa de Agentes de Estacionamento, em Maio de 2015, por via da implementação da COI. A presença regular, destes Agentes, junto dos parquímetros teve repercussões, muito positivas, ao nível da arrecadação de receita no estacionamento tarifado à superfície. Por outro lado, releva-se também o importante papel que estes Agentes têm tido na sensibilização dos utentes para a importância do correcto estacionamento na fruição da cidade;
- As condições climáticas que se fizeram sentir no verão passado, com consequências positivas ao nível do rendimento das praias do Rei e da Rainha, quando comparado com o ano de 2014, mas, sobretudo, ao nível dos parques de estacionamento e dos parquímetros, sítios na Costa de Caparica, dada a sua proximidade de restaurantes e esplanadas;
- Por iniciativa da Auto Monumental de Almada (AMA), e com o acordo da CMA, foi rescindido em 31 de Julho de 2015, o Contrato de Locação celebrado entre a Ecalma e a AMA em 2009, e que tinha como objecto a utilização daquele espaço como parque de estacionamento;
- O aluguer, em Julho, de um espaço na Cova da Piedade, para estacionamento das viaturas em fim de vida;





- O apoio financeiro, para a gestão em 2015, do Contrato Programa 2015-2017 celebrado entre a Ecalma e a CMA no montante de 297.000 euros e que integra, para além do Flexibus (62.000 euros) e dos Parques de Estacionamento Subterrâneo (155.000 euros), também, a Gestão de Estacionamento de Residentes (80.000 euros) cuja sustentabilidade não é garantida por não lhe estarem associados, até à data, quaisquer rendimentos;
- Nos meses de Novembro e Dezembro os Agentes de Fiscalização, os Agentes de Estacionamento e as trabalhadoras afectas ao processo administrativo de contra-ordenações frequentaram uma importante acção de formação ministrada pela empresa de estacionamento de Lisboa – EMEL.

Durante o ano de 2015, a Ecalma manteve as actividades decorrentes do seu objecto social:

- Gestão de Veículos em Fim de Vida – VFV's
- Gestão de Parques Sazonais das Praias do Rei e Rainha
- Gestão / Fiscalização do estacionamento na Costa de Caparica (Polis)
- Gestão do Parque da Avenida Afonso Henriques (*)
- Gestão/Fiscalização do estacionamento à superfície (parquímetros)
- Gestão / Fiscalização do estacionamento reservado a residentes
- Fiscalização do Código da Estrada e legislação complementar – Taxas e Coimas
- Gestão do Flexibus
- Gestão dos Parques Subterrâneos CMA

(*) até 30 de Julho de 2015.

No presente relatório procederemos a uma análise das estratégias desenvolvidas e das medidas tomadas, da execução orçamental e dos resultados alcançados em cada uma das áreas de actividade da empresa, financiadas.

1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA – VFV'S

A reorganização interna deste serviço, e dos meios que lhe estão afectos, permitiu uma melhoria na sua eficácia. Por outro lado, a continuidade da crise económica e social gerou condições favoráveis a um aumento dos veículos em fim de vida, por via do envelhecimento da frota automóvel.

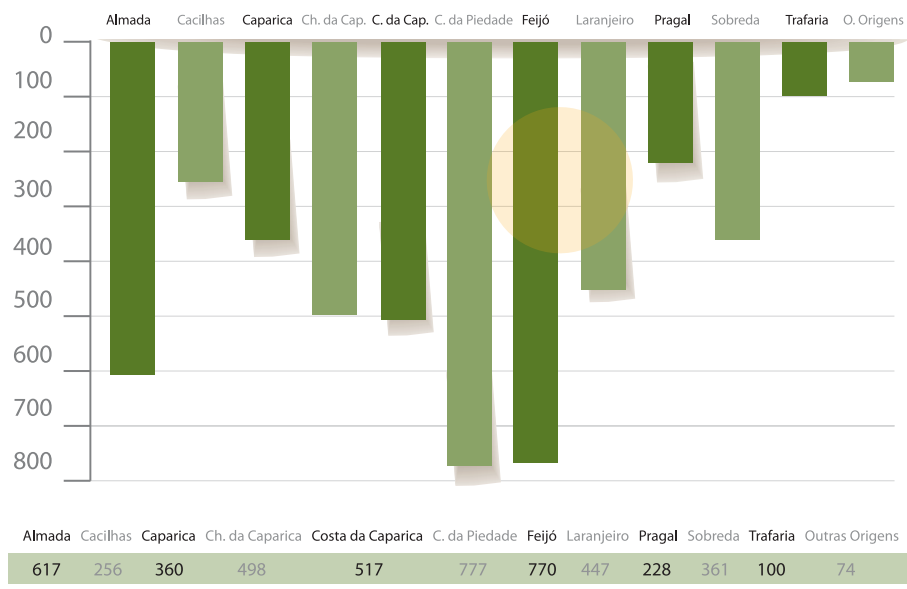
A Ecalma tem tido, ao longo dos anos, um importante papel na retirada de veículos 'abandonados' da via pública e conseqüentemente no aumento dos lugares de estacionamento. De Agosto de 2005 a Dezembro de 2015, foram removidos pela Ecalma 5008 VFV's. Os VFV's doados ao município pelos residentes foram 1282 e os VFV's abatidos em unidades credenciadas para o efeito foram 335.





O quadro abaixo distribui o número de remoções por freguesias:

VFV's :: Removidos desde Agosto de 2005 até 31/12/2015



Total :: 5.008

Em 2015 o rendimento nesta área de actividade foi de 50.306 euros revelando um ligeiro desvio positivo (306 euros), face ao orçamentado.

A taxa de execução orçamental situou-se nos 101%.

2. GESTÃO DE PARQUES SAZONAIS DAS PRAIAS DO REI E RAINHA

Se nos meses de Junho e Julho as condições climáticas se revelaram amenas, nos meses de Agosto e de Setembro, o vento que se fez sentir teve repercussões menos positivas ao nível da arrecadação de receita nestes parques.

No que diz respeito ao número de viaturas que utilizaram estes parques verificou-se um aumento muito significativo dos veículos ligeiros, por comparação ao verificado no ano de 2014. Contrariamente, registou-se um decréscimo no número de motos. O nº de veículos pesados que utilizaram os parques manteve-se praticamente inalterado.

O quadro abaixo é demonstrativo da evolução, ao longo dos anos, do nº de veículos que utilizaram estes parques de estacionamento.

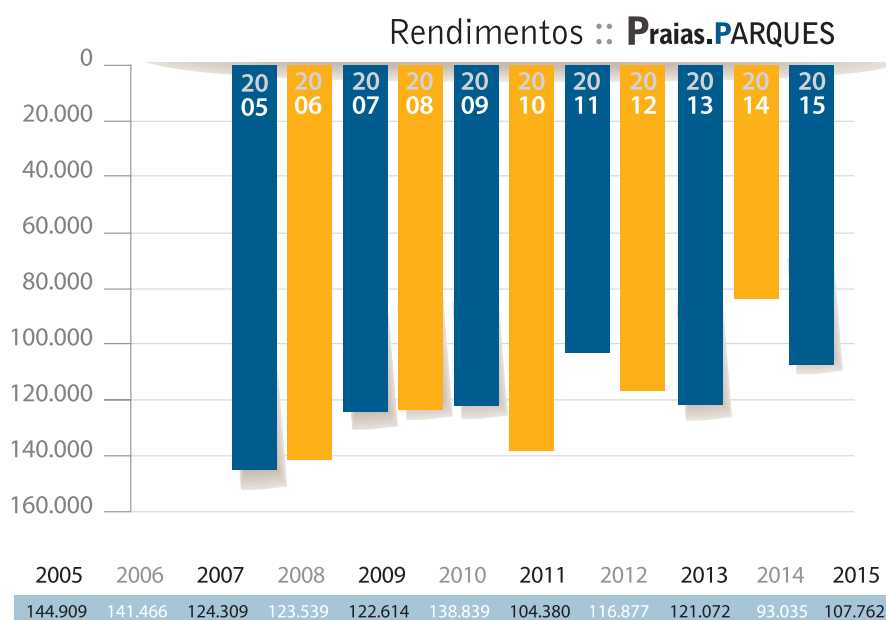




Gestão de Parques Sazonais das Praias do Rei & Rainha :: 2015

Anos	Motos	Ligeiros	Pesados	Total
2015	376	114.639	1.216	116.231
2014	1.166	99.176	1.238	101.580
2013	1.056	126.724	1.232	129.012
2012	920	118.789	1.321	121.030
2011	1.626	110.735	1.282	113.643
2010	1.439	144.940	1.484	147.863
2009	970	126.113	1.729	128.812
var. % - 2014\ 2015	- 68 %	16 %	-2 %	14 %

O quadro abaixo mostra a evolução dos rendimentos desta área de actividade ao longo dos anos:



O rendimento nesta área de actividade foi de 107.762 euros revelando um desvio negativo, face ao orçamentado, de 12.238 euros.

A taxa de execução orçamental foi de 90%.

3. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO COSTA DE CAPARICA

3.1 PARQUE

As melhores condições climáticas verificadas nos meses de Junho e Julho, comparativamente com as do ano anterior, e a proximidade destes parques de restaurantes e de esplanadas permitiram a consecução dos objectivos previstos no que diz respeito à receita arrecadada.





Em 2015, em mais um festival “O Sol da Caparica”, que ocorreu nos dias 13,14,15 e 16 de Agosto, os lugares dos parques sob gestão da Ecalma ficaram reservados, naqueles dias, ao evento tendo a CMA ressarcido a Ecalma em 5.570 euros, correspondendo este montante a um rendimento de 4.528 euros, líquidos de IVA.

O rendimento nesta área de actividade foi de 78.396 euros revelando um desvio positivo, face ao orçamentado, de 24.383 euros.

A taxa de execução orçamental foi de 145%.

3.2 PARQUÍMETROS – COSTA DE CAPARICA

Alguns factores estiveram na base do aumento de receita nesta área de actividade, não só face ao previsto mas também por comparação ao registado em 2014. O investimento realizado em parquímetros (Maio de 2015) teve como consequência, muito positiva, uma redução no número de máquinas avariadas, com reflexos ao nível dos rendimentos; as condições climáticas favoráveis, e a proximidade de restaurantes e de esplanadas, deram um forte contributo à concretização do objectivo previsto; por último, a presença regular dos Agentes de Estacionamento junto dos parquímetros teve um forte impacto, não só ao nível da arrecadação de receita mas também na sensibilização dos utentes para a importância do correcto estacionamento nas zonas tarifadas à superfície.

O rendimento proveniente dos lugares tarifados à superfície, na Costa de Caparica, foi de 86.183 euros revelando um desvio, positivo, de 19.183 euros face ao orçamentado.

A taxa de execução orçamental foi de 129%.

4. GESTÃO DO PARQUE DA AVENIDA AFONSO HENRIQUES

Pela razão atrás referida o parque encerrou aos utentes no dia 30 de Junho, tendo sido reaberto, gratuitamente, durante a quadra natalícia.

O rendimento obtido com o parque, até ao mês de Junho inclusive, foi de 8.537 euros, correspondendo, este valor, a uma taxa de execução de 39%, relativamente à previsão anual.

5. ACÇÃO FISCALIZADORA DA ECALMA

5.1. COMPENSAÇÃO POR OCUPAÇÃO INDEVIDA NA VIA PÚBLICA (COI)

Em 2015, e em consonância com o novo Regulamento Municipal de Estacionamento e Circulação em Almada, a empresa prosseguiu com a aplicação da Compensação por Ocupação Indevida da Via Pública (COI), nos lugares tarifados à superfície.





Esta medida é menos penalizadora para o utente por permitir o pagamento de uma taxa, cujo valor varia se aplicada na cidade (4,50 euros), na Costa de Caparica (7,50 euros) ou nas praias do Rei e Rainha (3,60 euros), antes do levantamento do auto de contra-ordenação e consequente aplicação da coima, no caso de não pagamento da taxa no prazo de 48 horas.

A aplicação da COI reforça a fiscalização de dissuasão, por meio da presença regular dos Agentes de Estacionamento na proximidade dos parquímetros, e tem como consequência um acréscimo da receita nos parquímetros.

O rendimento proveniente da COI foi de 60.852.

5.2.GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO À SUPERFÍCIE (PARQUÍMETROS – CIDADE)

A aquisição de parquímetros, em Maio de 2015, permitiu uma redução muito significativa no número de avarias com consequências positivas para a empresa, por representar um aumento da receita gerada, e uma melhor qualidade do serviço prestado.

Esta foi uma das áreas de actividade que apresentou uma melhor execução orçamental. Por um lado, e como acima referido, o investimento em parquímetros, por outro lado, a aplicação da sanção pecuniária (COI) nos lugares tarifados à superfície sempre que os veículos não apresentassem o título de estacionamento válido teve, por certo, uma relação directa com o aumento dos rendimentos provenientes dos parquímetros.

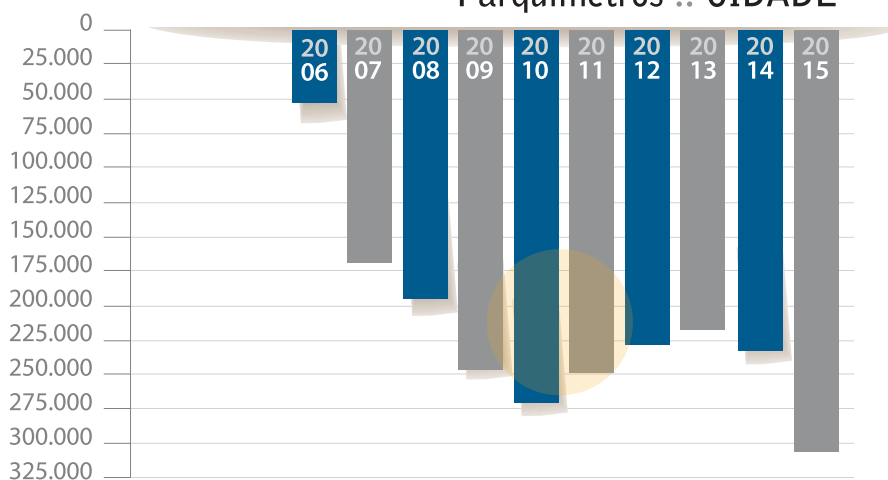
De referir, ainda, o papel que os Agentes de Estacionamento têm tido na sensibilização dos utentes, para a importância do correcto estacionamento e para a necessidade em se organizar o estacionamento que é de todos numa cidade que, também, é de todos.

No ano objecto de relato a Ecalma estudou a implementação de um sistema de pagamentos nos parquímetros – PaySimplex – que, por razões de ordem técnica (em fase de resolução) não foi possível concretizar ainda em 2015. Prevê-se a sua implementação no decorrer do primeiro trimestre de 2016. O sistema PaySimplex significará, por um lado, uma maior comodidade e economia de tempo para os utentes uma vez que dispensa o uso de moedas, e por outro lado permitirá a actualização do valor a pagar sem que, para tal, seja necessário o utente dirigir-se ao parquímetro. Esta modalidade de pagamento revela-se também vantajosa para a empresa na medida em que reduz os gastos com o serviço de contagem e posterior depósito das moedas, permite que a qualquer momento a empresa verifique a receita em cada parquímetro e, disponibiliza os valores em conta bancária quase que de imediato.





Parquímetros :: CIDADE



2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
51.569	164.589	181.471	241.508	270.475	248.576	227.665	216.289	233.760	304.693

O rendimento proveniente dos parquímetros, na cidade, foi de 304.693 euros revelando um desvio, positivo, de 27.693 euros, face ao orçamentado.

A taxa de execução orçamental dos parquímetros – cidade foi de 110%.

5.3 FISCALIZAÇÃO NA ZONA PEDONAL

Esta zona continua a representar uma oferta de estacionamento gratuito ainda que por tempo muito limitado.

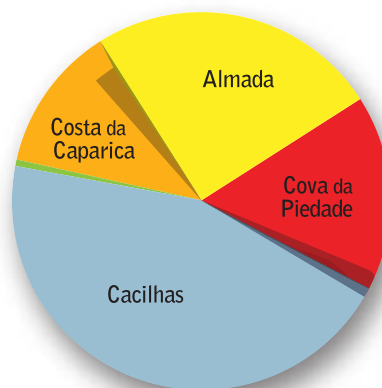
Tratando-se de uma zona onde se pretende a fruição pedonal, impõe-se uma fiscalização de carácter continuado.

5.4 GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO RESERVADO A RESIDENTES

A desburocratização do processo de emissão dos cartões de residente (em 2014) teve como consequência um aumento de pedidos de emissão do cartão.

Em 2015 emitiram-se mais cerca de 1.400 cartões para residentes (novos e renovações) comparativamente com o ano de 2014 e distribuíram-se pelas freguesias conforme o gráfico seguinte:

FREGUESIAS	CARTÕES
Almada	1469
Cova da Piedade	1000
Cacilhas	2601
Pragal	19
Costa da Caparica	726
TOTAL	5.815





Como tem sido referido pelo Conselho de Administração, em anteriores documentos, a gratuidade dos cartões de residente (cidade e Costa de Caparica), tem feito com que a empresa não seja ressarcida dos gastos tidos não só com a afectação de Agentes de Fiscalização às zonas de residentes mas, também, com os inerentes a todo o processo administrativo de tratamento, emissão e renovação dos referidos cartões.

Assim, considerou-se ajustada e necessária a inclusão, no Contrato Programa 2015-2017 celebrado entre a CMA e a Ecalma, de 80.000 euros como subsídio à exploração para a gestão do estacionamento de residentes cuja sustentabilidade própria não é garantida por não lhe estarem atribuídos, como acima foi referido, quaisquer rendimentos. Esta verba cobre, parcialmente como é sabido, os gastos que lhe estão associados.

Nesta área de actividade os Fornecimentos e Serviços Externos tiveram um peso, nos gastos totais, de 7%, os Gastos C/ Pessoal contribuíram para os mesmos gastos com 92% e os Outros Gastos com 1%.

Os gastos totais, no corrente ano, rondaram os 181.246 euros.

5.5 FISCALIZAÇÃO DO CÓDIGO DA ESTRADA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR TAXAS E COIMAS

5.5.1 – Taxas de remoções, bloqueios e diárias

A estratégia de fiscalização adoptada, sendo menos penalizadora para os utentes, conduziu a uma inevitável quebra nos rendimentos provenientes da aplicação de taxas de remoção e de diária. Ao longo do ano de 2015 os rendimentos provenientes da cobrança de taxas (valores fixados em portaria) a veículos em infracção ao Código da Estrada situaram-se sempre muito abaixo dos valores orçamentados.

O rendimento obtido por via das taxas (remoção e diárias) foi de 88.497 euros e o desvio (negativo) face ao orçamentado situou-se nos 125.559 euros. De referir que este desvio foi compensado pelo desvio (positivo) de 139.142 euros verificado em outras áreas de actividade: parques subterrâneos, parque da Costa de Caparica, parquímetros (cidade e Costa de Caparica) e aplicação da COI.

No que respeita às taxas relativas ao desbloqueio de viaturas em infracção (valores fixados em portaria), o rendimento foi de 36.820 euros revelando um desvio negativo de 4.732 euros, face ao orçamentado.

A taxa de execução orçamental, global, situou-se nos 38%.

NOTA: Estes dados incluem os valores das taxas (remoções e diárias) aplicadas a viaturas que, por apresentarem sinais de abandono, são removidas e, mais tarde, reclamadas pelos proprietários.



5.5.2 – Coimas

5.5.2.1 – Coimas – Cobrança Directa Ecalma

Duas razões explicam o rendimento obtido, em 2015, por via da cobrança directa das coimas aos infractores. A primeira prende-se com uma alteração aos procedimentos internos relativos ao tratamento administrativo dos autos de contra ordenação que permitiram tornar o processo de emissão do auto mais célere e, assim, aproximar o momento da emissão do auto ao momento do seu envio para os utentes. Tal alteração significou, em 2015, uma maior rapidez na arrecadação de receita. A segunda razão prende-se com o não pagamento, no prazo de 48 horas, da sanção pecuniária aplicada ao estacionamento tarifado à superfície – COI – que originou a emissão de mais autos de contra-ordenação do que o previsto (em sede de orçamento admitiu-se que o pagamento da COI atingiria uma percentagem mais elevada) e a consequente arrecadação de receita. Com o intuito de melhor informar os utentes, a Ecalma procedeu à distribuição de flyers alertando para as consequências do não pagamento, em tempo útil, da COI reforçando, desta forma, a informação constante dos talões colocados nas viaturas em infracção.

O rendimento proveniente da aplicação directa de coimas foi de 268.011 euros revelando um desvio, positivo, de 67.474 euros, face ao orçamentado.

A taxa de execução orçamental foi de 134%.

5.5.2.2 – Percentagem de coimas ANSR

Em 2015, a ANSR transferiu para a Ecalma o montante de 48.654 euros relativo a autos que por não terem sido pagos à Ecalma, nos prazos legalmente previstos, foram enviados pela empresa para a ANSR para posterior cobrança aos infractores por aquela entidade.

O rendimento obtido de 48.654 euros revela um desvio, negativo, de 4.941 euros. A taxa de execução orçamental situou-se nos 91%.

6. FLEXIBUS

Ao longo do ano de 2015, e à semelhança de em anos anteriores, foram muitas e por períodos demasiado longos, as avarias nestes veículos. A impossibilidade de se cumprirem os horários pré-estabelecidos causou transtorno na vida dos utilizadores do Flexibus que, apesar de manifestarem agrado pela ideia deste serviço, sobretudo os mais idosos, a verdade é que têm manifestado também o seu descontentamento e a perda de confiança no serviço.

No que diz respeito às preferências dos utilizadores, continuam a ser os utentes com idade superior ou igual a 65 anos os que mais contribuem para o rendimento global do Flexibus (63%), contudo, em 2015 e por comparação com o ano anterior (76%), verificou-se uma quebra na procura deste serviço por parte da população





mais idosa. Os títulos de transporte destinados aos mais jovens contribuíram para o rendimento global com 25% e os Flexi com 12%.

Relativamente à natureza dos títulos os títulos de 30 dias continuam a ser os mais vendidos seguidos dos de 1 viagem. Os títulos de 15 dias representam apenas 1% do total de títulos de transporte vendidos.

No que se refere aos gastos, os *Fornecimentos e Serviços Externos* representaram 19% dos gastos totais e os *Gastos c/ Pessoal*, 80% do mesmo total. Os *Outros Gastos* justificaram, apenas, 1% dos gastos tidos com este serviço de mobilidade inclusiva.

O défice de exploração foi, no corrente ano, de 59.764 euros por via de uma redução nos gastos com electricidade.

O valor do subsídio à exploração atribuído ao Flexibus no âmbito do Contrato Programa 2015-2017 celebrado entre a CMA e a Ecalma foi de 62.000 euros.

Pelo que atrás foi exposto não foi possível, em 2015, aumentar a venda de títulos Flexibus em 4%, conforme previsto na cláusula terceira do Contrato Programa 2015-2017.

O rendimento proveniente da venda de títulos de transporte Flexibus foi de 2.306 euros revelando um desvio, negativo, de 1.300 euros, face ao orçamentado.

A taxa de execução orçamental situou-se nos 64%.

7. PARQUES SUBTERRÂNEOS (CMA)

No que diz respeito à estrutura de gastos, os *Fornecimentos e Serviços Externos* representaram 27% dos gastos totais, os *Gastos com Pessoal* 72% e os *Outros Gastos* apenas 1%.

O défice de exploração foi, no corrente ano, de 157.413 euros.

O valor do subsídio à exploração atribuído aos Parques Subterrâneos (CMA) no âmbito do Contrato Programa 2015-2017 celebrado entre a CMA e a Ecalma foi de 155.000 euros.

No que respeita à execução do Contrato Programa 2015-2017, o acréscimo de rendimento por via da venda de avenças foi de 11% cumprindo, assim, o pressuposto constante da cláusula terceira daquele documento. Contrariamente, a venda de lugares de rotativos nos parques ficou aquém dos objectivos constantes da mesma cláusula.

A venda de avenças contribuiu para o rendimento global dos parques com 94% e a venda de lugares rotativos significou, apenas, 4% do mesmo rendimento.





O rendimento proveniente destes parques foi, em 2015, de 196.283 euros revelando um desvio, positivo, de 17.130 euros, face ao orçamentado. Da venda de avenças resultou um rendimento de 184.259 euros e da venda de lugares rotativos, o rendimento obtido de 12.024 euros, ficou muito próximo do valor orçamentado.

A taxa de execução orçamental foi de 111% nas avenças e de 94% nos rotativos.

8. COMUNICAÇÃO IMAGEM E INFORMAÇÃO

Em 2015 a empresa manteve um design institucional em todas as peças gráficas, peças industriais e informação digital. Deu-se continuidade à necessária poupança ao nível das cores e dos materiais utilizados nos ficheiros gráficos e industriais e, sempre que possível, optou-se pela produção interna de que são exemplo as senhas semanais para os parquímetros, os cartões de estacionamento autorizado, entre outros.

Destacam-se duas campanhas: uma realizada com o intuito de se promover a utilização dos parques afectos às praias e outra “ Campanha Dar Lugar – Natal, uma ideia solidária com o objectivo de angariar, nomeadamente, roupas e brinquedos para a instituição *Casa de Acolhimento Nuno Álvares Pereira* ajudando e proporcionando, desta forma, um Natal mais feliz às crianças e jovens acolhidos por aquela instituição.

No que diz respeito ao site da Ecalma, continua a ser uma ‘face’ visível da empresa e a mais procurada ao nível da recolha de informação. Em 2015 registou-se um acréscimo de cerca de 31% no número de visitas ao site. No decorrer do ano, visitaram o site 23.452 pessoas, número este superior ao verificado em 2014 (17.872 pessoas).

Em relação à informação mais procurada, destaca-se o regulamento Municipal de Estacionamento e Circulação das Zonas de Estacionamento Tarifado à Superfície, relativo à implementação da Compensação por Ocupação Indevida da Via Pública.

9. RECURSOS HUMANOS

9.1 QUADRO DE PESSOAL

A 31 de Dezembro de 2015 o quadro de pessoal é composto por 71 trabalhadores, mais 3 do que em 2014. A diferença resulta do facto de 7 trabalhadores terem cessado o vínculo contratual com a Ecalma e se terem admitido 10: 4 para reforço da equipa de Agentes de Estacionamento, 5 para reposição dos trabalhadores que rescindiriam o contrato e 1 para apoio à Directora Geral.

Na sequência desta redução no número de efectivos foram desencadeados processos de mobilidade interna com o intuito de, numa primeira fase, dar oportunidade aos trabalhadores de, em querendo, serem transferidos para outras áreas de actividade. Cinco trabalhadores apresentaram a sua candidatura e foram mobilizados para outras áreas.





Dos trabalhadores da Ecalma 51% são mulheres e 49% são homens. Nos meses de Verão, e à semelhança do que acontece todos os anos, a empresa contratou a termo certo 12 Assistentes de Fiscalização, 8 afectos aos parques das praias do Rei e Rainha e 4 afectos ao parque da Costa de Caparica.

Quadro de Pessoal :: ECALMA

	Dez 2015
Directora Geral	1
Técnico Especialista - Contabilista Certificado	1
Técnico Superior - Jurista	2
Técnico Especialista - Designer	1
Coordenadora dos Serviços Adm. de Fiscalização	1
Coordenador do sector dos V/FV's e parquímetros	1
Coordenador Parques	1
Técnica Administrativa de Recursos Humanos	1
Técnica Administrativa de Aprovisionamento	1
Assistente Administrativa da Administração	1
Assistente Administrativa da Direção	1
Agentes de Fiscalização	18
Agentes de Estacionamento	7
Operadores de Equipamento de Gestão	2
Operadores de Equipamento de Gestão (parques)	16
Assistentes de Serviços Administrativos de Fiscalização	9
Auxiliares Serviços Administrativos	1
Auxiliar Serviço Manutenção	1
Motoristas	2
Motoristas Transportes Públicos	3
QUADRO DO PESSOAL	71

Em 1 de Dezembro de 2015 foi assinado o Acordo de Empresa entre o STAL e a Ecalma tendo, este documento, entrado em vigor no passado dia 8 de Fevereiro de 2016.

9.2 FORMAÇÃO

Nos meses de Novembro e Dezembro os Agentes de Fiscalização, os Agentes de Estacionamento e as trabalhadoras afectas ao processo administrativo das contra-ordenações frequentaram uma acção de formação ministrada pela empresa de estacionamento de Lisboa – EMEL – com resultados muito positivos, não só ao nível da actualização de conhecimentos, mas também ao nível da partilha de experiências profissionais, dado tratar-se de uma empresa congénere. A formação profissional centrou-se nos seguintes temas: Código da estrada e Legislação Rodoviária; Estatutos e Regulamentos Municipais; Processo Contraordenacional; Relações com Entidades Fiscalizadoras; Noções de Direito; Preenchimento de Autos; Formação Prática no Exterior; Prevenção de Conflitos; Primeiros Socorros.





9.3 INSTALAÇÕES

Em 2015, o investimento em parquímetros e a substituição da totalidade do equipamento afecto ao trabalho dos nossos agentes (PDA's e impressoras) foram uma prioridade. Tal facto fez com que, no que diz respeito às instalações, apenas se tivessem conseguido concretizar algumas pequenas intervenções, nomeadamente, pintura de paredes, colocação de mais aparelhos de ar condicionado, obras na casa de banho do espaço afecto aos VFV's na Cova da Piedade e melhorias nas instalações eléctricas da sede. Ainda que as obras nos balneários, vestiários e espaço para refeições na sede, já referidas em outros documentos, sejam também uma prioridade, o valor das mesmas, a sua complexidade e a logística que implicam pesaram na decisão de as adiar para 2016.

10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

10.1 – RENDIMENTOS

Os rendimentos próprios (vendas e prestações de serviços) foram, em 2015, de 1.308.346 euros, revelando um desvio positivo, face ao orçamentado, no valor de 15.470 euros.

A taxa de execução orçamental destes rendimentos situou-se nos 101%.

De um modo geral, todas as áreas de actividade da empresa obtiveram, em 2015, rendimentos superiores aos previstos, em sede de Plano de Actividades e Orçamento. Exceptuam-se as taxas (bloqueios, remoções e diárias), os parques de estacionamento que servem as praias do Rei e Rainha e o parque sito na Avenida Afonso Henriques.

De realçar:

- O estacionamento tarifado à superfície (parquímetros) cujo rendimento, em 2015, se situou nos 390.876 euros revelando um desvio, positivo, face aos valores orçamentados de 46.876 euros. De referir também o acréscimo de rendimento de cerca de 94.000 euros, nesta área de actividade, comparativamente com o ano de 2014.

O rendimento obtido traduziu-se numa taxa de execução orçamental de 114%.

- O parque na Costa de Caparica, com um rendimento no corrente ano superior, em 24.383 euros, ao previsto e em, aproximadamente, 36.400 euros ao verificado em 2014.

É sabido que, o maior ou menor rendimento neste parque varia com as melhores ou piores condições climáticas que se façam sentir de Junho a Setembro.

A taxa de execução situou-se nos 145%.

- Os parques subterrâneos (CMA) cujo rendimento, rondando os 196.283 euros, se ficou a dever, sobretudo, à venda de avenças e cujo desvio em relação ao





rendimento previsto foi positivo em 17.129 euros. O rendimento destes parques registou um acréscimo de 15.459 euros, face a 2014. O estacionamento em lugares rotativos, com um rendimento de 12.024 euros (valor próximo do registado em 2014), continua a não conseguir atrair os utentes e, logo, a empresa não tem conseguido alcançar os objectivos pretendidos. Julga-se importante promoverem-se reuniões entre a CMA e a Ecalma com vista à conquista de uma solução que vá no sentido de sensibilizar os utentes a utilizarem os lugares rotativos nestes parques subterrâneos. Estudaram-se já algumas soluções, nomeadamente, reforçar a fiscalização nas zonas envolventes aos parques de estacionamento e a introdução da Via Verde como forma de pagamento do estacionamento.

A taxa de execução global foi de 110% repartidos da seguinte forma: avenças – 111% e rotativos – 94%.

- As Coimas cobradas directamente pela Ecalma, cujo rendimento de 268.011 euros, pelas razões invocadas no ponto 5.5.2.1, excedeu de forma muito significativa, em 67.474 euros, os valores em orçamento de 200.537 euros.

A taxa de execução situou-se nos 134%.

- Por último, o rendimento obtido por via da Compensação Por Ocupação Indevida da Via Pública. A comparação entre o executado e o orçamentado, deve ter em conta a falta de informação histórica pois a implementação desta medida ocorreu, apenas, em meados de Dezembro de 2014.

Com a aplicação da COI obteve-se, em 2015, um rendimento de 60.852 euros.

Ao longo do ano, o rendimento obtido com a aplicação de taxas, sobretudo nas provenientes de remoções e de diárias, ficou sempre muito aquém do previsto, pelas razões já referidas. O défice de execução nesta área de actividade foi de 159.581 euros. De referir que o rendimento a menos, nas remoções representou 76% do défice, o referente às diárias 21% e o relativo aos bloqueios 3%.

A taxa de execução global foi de 38%.

Nos parques que servem as praias do Rei e Rainha o défice de execução foi de 12.238 euros traduzindo-se numa taxa de execução de 90%. Como atrás referido as condições menos favoráveis nos meses de Agosto e de Setembro, sobretudo ao nível do vento, não permitiram atingir o valor do rendimento orçamentado para esta área de actividade.

10.2 – GASTOS

A empresa continua a revelar-se eficaz no controlo dos gastos.

No exercício em apreço a taxa de execução referente aos gastos totais, no montante de 1.673.312 euros, revelou um desvio negativo de apenas 7.024 euros,



face ao orçamentado, ficando muito próxima dos 100%. Este grau de execução foi possível apesar de se terem verificado situações que poderiam justificar um aumento, mais significativo, dos encargos relativamente ao previsto.

Para além dos gastos normais de funcionamento da empresa, em 2015, houve necessidade de se proceder à renovação de parquímetros e de outros equipamentos (PDA's e impressoras para a fiscalização), à revisão das viaturas e, concretamente, dos dois reboques, à optimização dos softwares existentes com vista à automatização da informação de gestão, ao investimento numa formação adequada aos nossos Agentes de Fiscalização e de Estacionamento e às trabalhadoras do serviço administrativo das contra-ordenações e a pequenas intervenções na sede da empresa.

Por rúbricas: nos *Fornecimentos e Serviços Externos* a taxa de execução situou-se nos 95%. Destacam-se os gastos com Comunicações justificados pelo, significativo, aumento do número de autos enviados por via da alteração de procedimentos internos, e do acréscimo de autos emitidos devido ao não pagamento, por parte dos infractores, da COI nas 48 horas seguintes à sua emissão.

Nos *Gastos com Pessoal* a taxa de execução orçamental rondou os 104%. O desvio negativo de 45.456 euros justifica-se por um aumento nos gastos com renumeração do pessoal devido ao reforço de trabalhadores explicitado no ponto 9.1 e ao ajustamento do valor de dotação para férias vencidas em 2015.

A taxa de execução orçamental nos *Outros Gastos* situou-se nos 95%. Os gastos a menos nas amortizações devem-se ao facto de não ter sido possível concretizar a totalidade dos investimentos previstos para 2015, nomeadamente, a não realização das obras na sede.

11. INVESTIMENTO / FINANCIAMENTO

Dos 165.100 euros previstos no mapa de investimento para 2015, executaram-se 90.653 euros (55%), financiados na sua totalidade por capitais próprios:

Investimento/ Financiamento :: 2015

DESCRITIVO	VALORES
_ Parquímetros	73.030
_ Instalações - Aparelhos de ar condicionado	730
_ Equipamento informático	1.454
_ Impressoras PDA's	13.300
_ PDA's	2.139
Total	90.653

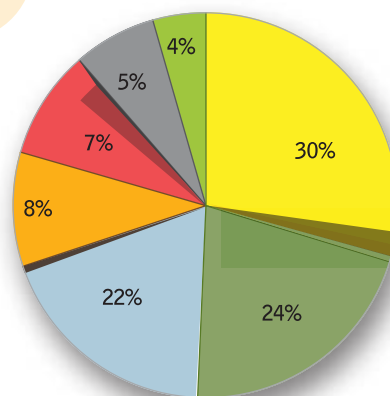




12. SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

Em 2015 confirmaram-se as previsões que, no final de 2014, apontavam para um acréscimo de rendimento nos parquímetros, por via sobretudo da presença regular dos Agentes de Estacionamento junto aos parquímetros, e na razão inversa, para um decréscimo do rendimento proveniente da aplicação de taxas, sobretudo de remoções e diárias, a veículos em infracção ao Código da Estrada. Como atrás foi referido, os rendimentos obtidos noutras áreas de actividade da empresa, revelaram-se suficientes para 'compensarem' a receita a menos na fiscalização (taxas).

ÁREAS DE ACTIVIDADE	RENDIMENTOS	PESO CONTRIBUTIVO
Vfv's	50.306	4%
Parques	283.216	22%
Taxas	96.363	7%
Coimas	316.665	24%
Parquímetros	390.876	30%
COI's	60.852	5%
Praias	107.762	8%
Flexibus	2.306	0%
TOTAL	1.308.346	100%



De referir que:

:: O apoio financeiro do Contrato Programa 2015-2017, que estabelece condições de financiamento pelo Município:

- às actividades cuja sustentabilidade não poderá ser garantida pelo facto de as receitas geradas serem inferiores aos gastos, em virtude de se terem adoptado políticas condicionadas por factores de ordem social - Flexibus e parques subterrâneos CMA;

e,

- à actividade cuja sustentabilidade não é garantida por não lhe estarem associados, até à data, quaisquer rendimentos – Gestão e Fiscalização dos Lugares de Residentes;

:: O impacto, positivo, da implementação da Compensação por Ocupação Indevida da Via Pública na arrecadação de receita, nomeadamente, ao nível dos parquímetros por via da presença dos Agentes de Estacionamento na proximidade dos parquímetros;

:: O investimento em parquímetros e na renovação do equipamento afecto à fiscalização (PDA's e impressoras);

:: As condições climatéricas favoráveis à obtenção de receitas nas actividades sazonais;

:: A alteração de procedimentos internos relativos ao tratamento administrativo dos autos de contra ordenação, referido no ponto 5.5.2.1., permitindo aproximar o momento da emissão do auto ao momento do seu envio para os utentes e logo melhorar a celeridade na arrecadação da receita;





Tornaram possível que, em 2015:

- :: as Vendas e Prestações de Serviços no valor de 1.308.346 euros cobrissem, cerca de, 78% dos gastos totais, que se situaram nos 1.673.311 euros;
 - :: o peso contributivo dos subsídios à exploração, no valor total de 297.000 euros, nas receitas totais se tivesse situado nos 18%, aproximadamente;
 - :: o valor do EBITDA registasse um valor positivo de 110.272 euros;
- cumprindo, assim, os pressupostos do artigo 62º da Lei nº 50/ 2012, de 31 de Agosto.

13. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2016

1. O investimento em mais parquímetros, com o objectivo de a empresa ir renovando a totalidade das máquinas, fundamental não só para uma maior arrecadação de receita, em consequência de menores avarias, mas também para permitir uma melhoria do serviço prestado aos utentes;
2. A continuidade do Parque Visto (aplicação da COI), importante no sentido de uma cada vez maior sensibilização por parte dos utentes para a importância do estacionamento correcto e organizado na cidade e no aumento da receita arrecadada nos parquímetros, pela proximidade dos Agentes de Estacionamento e, consequentemente, dos utentes;
3. A Implementação do Circuito da Saúde, no âmbito do alargamento do serviço Flexibus a mais algumas áreas, complementando as carreiras dos Transportes Sul do Tejo e cumprindo um serviço social de apoio às populações mais carenciadas ou com maiores dificuldades de mobilidade;
4. A possível (ainda em avaliação) alteração aos Regulamentos que aponta para a transformação de todas as zonas em zonas mistas e para o ajustamento do tarifário dos parques de estacionamento subterrâneo no sentido da sua eventual redução tornando-os 'competitivos' relativamente aos parquímetros;
5. A implementação do sistema PaySimplex nos parquímetros como meio de pagamento com as vantagens para o utente e para a empresa, atrás referidas;
6. A Automatização de toda a informação necessária à gestão (iniciada em 2015);
7. O Reforço da fiscalização na zona pedonal por forma a ser assegurada a fruição pedonal impedindo, assim, que a mesma se transforme numa zona de estacionamento de média/longa duração;
8. A Implementação de medidas atractivas, relativamente aos parques de estacionamento subterrâneo, assegurando uma maior procura da oferta disponível e melhorando a mobilidade à superfície, nomeadamente, através da introdução de 'pacotes' com preços mais acessíveis, Via Verde ou outras, como cartão cidade, que permitam o acesso a todos os parques de estacionamento.

14. RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

No exercício de 2015 obteve-se um EBITDA positivo (Resultado Antes de Depreciação, gastos de financiamento e imposto sobre o rendimento) de 110.271,68 euros. Consideradas as depreciações no montante de 102.264,79 euros, o resultado financeiro de 24,18 euros e o Imposto sobre o Rendimento no montante de





2.895,67 euros, apurou-se um Resultado Líquido de 5.135,40 euros, propondo-se que o montante de 513,54 euros seja transferido para a conta de Reservas Legais e o restante para Resultados transitados.

15. NÚMERO 5 DO ARTº 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

15.1 Não há factos relevantes a registar ocorridos após o termo do exercício (alínea b);

15.2 Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a empresa e os seus administradores (alínea e)



16. NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração manifesta o seu sincero agradecimento, particularmente, aos trabalhadores da Ecalma pelo empenho e dedicação demonstrados, mas também aos dirigentes e trabalhadores da autarquia, às entidades públicas e privadas com as quais a empresa se relaciona, aos comandos da GNR e da PSP e às entidades congéneres, nomeadamente, à EMEL, pela disponibilidade e dedicação demonstradas e pelo profissionalismo na forma como ministrou a formação aos trabalhadores da Ecalma que nela participaram, e à Promotorres pelo convite e pela forma como nos acolheu no Fórum de Estacionamento promovido por aquela entidade onde estiveram presentes empresas de estacionamento de todo o país.

Ao Fiscal Único, Dr. Nuno Borges, à sua equipa, e aos prestadores de serviços, o Conselho de Administração manifesta o mais vivo apreço e agradecimento pela dedicação e empenho postos no exercício das funções ou prestação de serviços.

Almada, 16 de Março de 2016

O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins
Presidente

Fernanda Gaspar





ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INFORMAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

- I. Em conformidade com o n.º 4 do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Município de Almada é detentor de 100% do Capital Social da Ecalma, no valor de 250.000 euros.
- II. Durante o ano de 2015, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de acções próprias;
- III. Em observação do Decreto-Lei 543/80 de 7 de Novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, nem a empresa é devedora de qualquer dívida vencida à Segurança Social, em observação do artigo 210.º da lei 110/2009 de 10 de Setembro.



_Análise à Execução Orçamental :: 2015

RENDIMENTOS	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	DIFERENCIAL	%
VFV'S	50.000	50.306	306	1%
FLEXIBUS	3.600	2.306	-1.294	-36%
PARQUES CMA	179.154	196.283	17.129	10%
AH	21.935	8.537	-13.398	-61%
PARQUE COSTA CAP.	54.013	78.396	24.383	45%
PRAIAS	120.000	107.762	-12.238	-10%
TAXAS (Bloq, Remç, Dps)	255.944	96.363	-159.581	-62%
COIMAS	254.132	316.665	62.533	25%
PARQUÍMETROS	344.000	390.876	46.876	14%
COI's	10.098	60.852	50.754	503%
Outros	79.416	75.973	-3.443	-4%
Financeiros	1.000	24	-976	-98%
SubTotal	1.373.293	1.384.344	11.051	1%
SUBSÍDIOS (Dotações)	297.000	297.000	0	0%
TOTAL	1.670.292	1.681.343	11.051	1%
GASTOS	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	DIFERENCIAL	%
F.S.E	434.763	413.428	-21.335	-5%
GASTOS COM PESSOAL	1.099.522	1.144.696	45.174	4%
AMORTIZAÇÕES	119.643	102.265	-17.378	-15%
Outros	12 000	12.923	923	8%
Financeiros	360	0	-360	-100%
TOTAL	1.666.288	1.673.312	7.024	0%
RESULTADO DA EXECUÇÃO	4.004	8.031	4.027	





euros

RUBRICAS	NOTAS	31.dez.2015	31.dez.2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	361.397,61	355.310,15
Participações financeiras	21	997,60	997,60
Subtotal		362.395,21	356.307,75
Ativo corrente			
Clientes	6	5.650,37	21.749,84
Estado e outros entes públicos	7	14.672,14	15.741,03
Outras contas a receber	8	4.167,82	4.386,15
Diferimentos	9	19.877,53	16.951,40
Caixa e depósitos bancários	4	268.186,67	104.084,99
Subtotal		312.554,53	162.913,41
Total do ativo		674.949,74	519.221,16
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	10	250.000,00	250.000,00
Reservas legais	10	345,86	345,86
Outras reservas	10	5.407,20	5.407,20
Resultados transitados	10	-2.745,18	871,20
Outras variações de capital próprio	10,14	118.940,51	176.163,85
Subtotal		371.948,39	432.788,11
Resultado líquido do exercício		5.135,40	-74.018,37
Total do capital próprio		377.083,79	358.769,74
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo por impostos diferidos	10	41.096,34	56.307,61
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		41.096,34	56.307,61
Passivo corrente			
Fornecedores	11	26.018,64	25.620,03
Estado e outras entes publicos	7	40.982,18	30.710,46
Outras contas a pagar	12	177.644,97	35.148,30
Diferimentos	9	12.123,82	12.665,02
Subtotal		256.769,61	104.143,81
Total do passivo		297.865,95	160.451,42
Total do capital próprio e do passivo		674.949,74	519.221,16

O Contabilista Certificado

Ana Páscoa

A Administração

Rui Jorge Martins
[Presidente]

Maria do Carmo Borges

Fernanda Gaspar

2015
R&C - Balanço





Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA


Demonstração Individual dos Resultados :: por natureza em 31 de Dezembro de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31.dez.2015	31.dez.2014
Vendas e serviços prestados	13	1.308.346,21	1.189.086,28
Subsídios à exploração	14	297.000,00	222.000,00
Fornecimentos e serviços externos	15	-413.428,43	-411.083,89
Gastos com pessoal	16	-1.144.695,48	-1.028.865,21
Outros rendimentos e ganhos	17	75.972,82	113.678,09
Outros gastos e perdas	18	-12.923,44	-16.542,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		110.271,68	68.272,86
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19	-102.264,79	-138.592,89
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.006,89	-70.320,03
Juros e rendimentos similares obtidos		24,18	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	-81,96
Resultado antes de impostos		8.031,07	-70.401,99
Impostos sobre o rendimento do período	20	-2.895,67	-3.616,38
Resultado líquido do período		5.135,40	-74.018,37

O Contabilista Certificado


Ana Páscoa

A Administração


Rui Jorge Martins |Presidente|
Maria do Carmo Borges
Fernanda Gaspar

2015

R&C - Demonstração de Resultados

1



Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio :: exercício de 2014

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RST. LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01-01-2014	1	250.000,00	45,86		871,20	251.698,14	5.707,20	508.322,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos								
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos	10					(56.307,61)		(56.307,61)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	10,20		300,00	5.407,20		(19.226,68)	(5.707,20)	(19.226,68)
			300,00	5.407,20		(75.534,29)	(5.707,20)	(75.534,29)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						(74.018,37)	(74.018,37)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						(79.725,57)	(149.552,66)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2014	6=1+2+3+5	250.000,00	345,86	5.407,20	871,20	176.163,85	(74.018,37)	358.769,74

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio :: exercício de 2015

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RST. LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01-01-2015	6	250.000,00	345,86	5.407,20	871,20	176.163,85	(74.018,37)	358.769,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos								
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos	10					(41.096,34)		(41.096,34)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	10,20				(3.616,38)	(16.127,00)	74.018,37	54.274,99
					(3.616,38)	(57.223,34)	74.018,37	13.178,65
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7						79.153,77	18.314,05
RESULTADO INTEGRAL	8							
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8							
Realizações de capital								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2015	11=6+7+8+10	250.000,00	345,86	5.407,20	(2745,18)	118.940,51	5.135,40	377.083,79

2015

R&C - Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

O Contabilista Certificado

Ana Páscoa



A Administração

Rui Jorge Martins
Presidente

Maria do Carmo Borges

Fernanda Gaspar Ferraz

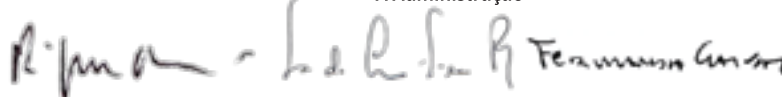


	NOTAS	31.dez.2015	31.dez.2014
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	6,9,13	1.184.886,93	1.179.096,00
Pagamentos a fornecedores	9,11,15	-449.508,91	-395.934,75
Pagamentos ao pessoal	12,16	-976.049,27	-1.040.950,69
Caixa gerada pelas operações		-240.671,25	-257.789,44
Pagamento/ Recebimento do imposto sobre o rendimento	7,20	-3.955,03	3.897,99
Outros recebimentos / pagamentos	7,8,12, 17	149.254,04	-36.993,28
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		-95.372,24	-290.884,73
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis	5	-108.352,25	-17.027,81
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		24,18	109,10
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		-108.328,07	-16.918,71
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	20	70.401,99	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	8,14,21	297.400,00	221.621,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		0,00	-4.648,69
Juros e custos similares		0,00	-81,96
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de capital próprio		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		367.801,99	216.890,35
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		164.101,68	-90.913,09
CAIXA e EQUIVALENTES no INÍCIO do PERÍODO	4	104.084,99	194.998,08
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO	4	268.186,67	104.084,99
		164.101,68	-90.913,09

O Contabilista Certificado


Ana Páscoa

A Administração


Rui Jorge Martins |Presidente|
Maria do Carmo Borges
Fernanda Gaspar

2015

R&C - Demonstração de Fluxos de Caixa





6_ Anexo às Demonstrações Financeiras



Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A ECALMA- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA iniciou a sua atividade em 2004, tem a sua sede na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 5/7, em Almada. A Empresa é pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. A ECALMA é detida a 100% pelo Município de Almada (CMA) com sede na Rua Trigueiros Martel, n.º 1, 2800-213 Almada, o capital social é de 250 000€ encontrando-se realizado na totalidade.

A empresa tem como atividade principal a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície; a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar e a gestão do Sistema de Mobilidade Inclusiva "Flexibus", acessoriamente, compete, também, à empresa a identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida - VFV's e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do estado.

As demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriadas as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo disposição em contrário.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).





Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.





3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF.

A) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização do bem, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	ANOS de VIDA ÚTIL
_ Edifícios e outras construções	10
_ Equipamento básico	8 a 12
_ Equipamento transporte	4
_ Equipamento administrativo	3 a 10
_ Outros activos	4 a 8

As despesas de manutenção e reparação destes ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem.

Nos ativos fixos tangíveis em curso estão refletidas obras em curso de requalificação da sede.

B) Subsídios governamentais

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Outras Variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam. Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

C) Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco





anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão. A Administração da empresa entende, todavia, que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

A ECALMA encontra-se sujeita a imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,45%, bem como a tributação autónoma sobre encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

D) Clientes e outros valores a receber

Estas rubricas constituem direitos a receberem pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

E) Caixa e equivalente de caixa

Estas rubricas constituem direitos a receberem pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

F) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões quando:





- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, desde que materialmente relevante, deve ser reconhecida, sendo-o como um gasto financeiro.

G) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

H) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos de contraordenação enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária (ANSR) apenas é reconhecido no momento em estes são validados pela entidade reguladora.

As receitas e despesas são registadas de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outras contas a receber” e em “Outras contas a pagar”.

I) Participações financeiras

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela ECALMA é mensurada ao custo de aquisição.

J) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no período. Os gastos a curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias





relativo ao período, vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

L) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço e/ou proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço (se materiais) são refletidos e divulgados nas demonstrações financeiras.

M) Imparidade de Activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independente e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

N) Capital Social

As ações são classificadas em capital próprio.

O) Julgamento e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber; e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que





ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Caixa	13.066,19	15.606,39
Depósitos à ordem	222.807,19	84.183,35
Outros depósitos bancários	32.313,39	4.295,25
	268.186,77	104.084,99

Os meios financeiros encontram-se disponíveis para uso.

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

ATIVO BRUTO

	Saldo em 1. jan. 2014	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2014	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2015
Terrenos e recursos naturais									
Edif. e outras construções	178.775,73				178.775,73				178.775,73
Equipamento básico	919.730,04	3.420,50		27.962,84	951.113,38	82.065,28			1.033.178,66
Eqp. de transporte	76.660,47	2.628,66			79.289,13	9.000,00			88.289,13
Eqp. administrativo	171.352,86	9.124,99	(5.080,00)		175.397,85	16.892,94			192.290,79
Act. fixos tangíveis em curso	41.430,14			(27.962,84)	13.467,30				13.467,30
Outros act. fixos tangíveis	12.698,07	1.853,66			14.551,73	994,03			14.945,76
	1.400.647,31	17.027,81	(5.080,00)		1.412.595,12	108.352,25			1.520.947,37

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS

	Saldo em 1. jan. 2014	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2014	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2015
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	100.978,59	26.220,60		(2.789,92)	124.409,27	23.174,04			147.583,31
Equipamento básico	587.869,28	100.705,22		(3.688,70)	684.885,80	77.491,87		(13.574,95)	748.802,72
Equipamento de transporte	74.110,14	1.972,37			76.082,51	10.684,26		(7.641,65)	79.125,12
Equipamento administrativo	156.986,94	9.223,86		(5.707,90)	160.502,90	11.864,01		(1.081,38)	171.285,53
Outros activos fixos tangíveis	10.535,09	869,40			11.404,49	1.348,59			12.753,08
	930.480,04	138.991,45		(12.186,52)	1.057.284,97	124.562,77		(22.297,98)	1.159.549,76

ATIVO LIQUIDO

470.167,27

355.310,15

361.397,61





6. Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Clientes conta corrente		
Saldos não vencidos	3.725,99	21.749,74
Saldos vencidos (31-60 dias)	1.924,38	
	5.650,37	21.749,74

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Ativo		
IRC – PPC e PEC	14.666,10	15.713,76
IRC – Ret Fonte	6,04	27,27
	14.672,14	15.741,03
Passivo		
IRC - Imposto sobre o rend. Das pessoas coletivas	2.895,67	3.616,38
IRS - Imposto sobre o rend. Das pessoas singulares	6.158,50	4.715,00
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	11.756,26	4.318,64
Contribuição p/ Seg. Social	20.171,75	18.060,44
	40.982,18	30.710,46

A ECALMA tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, respetivamente.

8. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Outros Devedores	3.627,82	3.418,82
Assessores e consultores diversos	540,00	567,33
Devedores por acréscimo de rendimentos		400,00
	4.167,82	4.386,15





9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo forma como se segue:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	8.856,54	9.221,57
Assistência técnica	5.296,25	5.658,52
Outros gastos a reconhecer (*)	5.724,74	2.071,31
	19.877,53	16.951,40
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer (**)	12.123,82	12.665,02
Outros rendimentos a reconhecer		
	12.123,82	12.665,02

(*) Inclui gastos de seguros e assistência técnica

(**) Avenças de estacionamento vendidas para utilização em 2016

10. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2015 o capital da empresa estava totalmente subscrito e realizado, pela pessoa coletiva Câmara Municipal de Almada detentora de 100% do capital no montante de 250.000,00€.

Os estatutos da Ecalma estabelecem na alínea a) do artigo 29º, que, no mínimo, 10% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

Nos períodos de 2015 e 2014, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Capital realizado	250.000,00	250.000,00
Reservas Legais	345,86	345,86
Outras reservas	5.407,20	5.407,20
Resultados transitados	(2.745,18)	871,20
Outras variações no capital próprio	118.940,51	176.163,85
Resultado líquido do exercício	5.135,40	(74.018,37)
	377.083,79	358.769,74

Ao abrigo do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira por parte da Câmara Municipal de Almada, com vista





a equilibrar os resultados do exercício em causa, assim na rubrica "resultados transitados" consta o Imposto sobre o rendimento do período referente ao exercício 2014.

Na rubrica "outras variações no capital próprio" estão incluídos valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos. Representando o valor de 41 096,34€ e 56 307,61€, nos períodos de 2015 e de 2014, respetivamente, redução justificada por via das amortizações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

11. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte decomposição:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Fornecedores, Conta Corrente	26.018,64	25.620,03

12. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte decomposição:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Não Correntes		
Fornecedores de investimentos		
Corrente		
Fornecedores de investimentos		6.501,91
Credores por acréscimos de gastos	111.870,93	12.085,48
Outros Credores	65.774,04	16.560,91
	177.644,97	35.148,30

A rubrica de credores por acréscimos de gastos inclui: remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias, no valor de 103 410,93€ e formação (curso de formação para agentes de fiscalização de estacionamento ministrada pela EMEL) realizada no ano 2015, ainda não faturada, no montante de 8 460,00€. Na rubrica de outros credores consta, essencialmente, a percentagem de valor de coimas cobradas pela empresa, no mês de dezembro, a entregar às entidades ANSR (10%) e AT (35%).





13. Rédito

O rédito reconhecido pela Entidade em 31 de dezembro de 2015 e 2014   detalhado conforme se segue:

	31.dez.2015	31.dez.2014
	Valor reconhecido	Valor reconhecido
Venda de bens	50.306,24	64.426,21
Veiculos em fim de vida	48.522,84	64.426,21
Outras sucatas	1.783,40	
Presta�o de serviços	1.258.039,97	1.124.660,07
Parquímetros/Parques	842.705,87	630.787,84
Fiscaliza�o	413.028,39	491.210,84
Flexibus	2.305,71	2.661,39
	1.308.346,21	1.189.086,28

14. Subsídios

A rubrica de subsídios   detalhada da seguinte forma:

	BALANÇO		DEMONSTRA�O de RESULTADOS			
	Capital Próprio		Imputa�o de subsídios para investimentos		Subsídios � explora�o	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Subsídios relacionados com activos	118.940,51	176.163,85	72.434,61	105.060,92		
Subs P/ Investimentos	118.940,51	176.163,85	72.434,61	105.060,92		
Subsídios � explora�o					297.000,00	222.000,00
Parques CMA					155.000,00	154.500,00
Flexibus					62.000,00	62.000,00
Parque Av Af Henriques						5.500,00
Residentes					80.000,00	
	118.940,51	176.163,85	72.434,61	105.060,92	297.000,00	222.000,00





15. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi o seguinte:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Serviços especializados	146.719,87	134.323,20
Trabalhos especializados	84.408,32	72.340,05
Publicidade e propaganda	166,00	
Vigilância e segurança	2.507,23	6.893,99
Honorários	34.087,00	32.990,66
Conservação e reparação	14.329,89	14.659,42
Serviços bancários	9.118,84	3.604,68
Outros	2.102,59	3.834,40
Materials	29.806,81	21.644,64
Ferramentas e utensílios	12.304,22	8.090,63
Livros e documentação técnica	207,13	202,28
Material de escritório	13.547,58	10.780,28
Artigos para oferta	1.044,78	969,20
Cartões parques	1.875,10	1.602,25
Cartões títulos transporte . Flexibus	243,00	
Outros	585,00	
Energia e fluidos	66.523,32	68.726,12
Eletricidade	50.837,26	53.846,47
Combustíveis	11.563,50	12.983,74
Água	4.122,56	1.895,91
Deslocações, estadas e transportes	1.421,35	430,03
Serviços diversos	168.957,08	185.959,90
Rendas e alugueres	47.209,02	80.521,83
Comunicação	90.612,37	77.534,14
Seguros	11.978,68	11.503,56
Contencioso e notariado	14.514,10	12.205,24
Despesas de representação	238,75	256,95
Limpeza, higiene e conforto	4.404,16	3.938,18
	413.428,43	411.083,89





16. Gastos com o pessoal

	31.dez.2015	31.dez.2014
Remunerações Órgãos Sociais	39.598,24	39.030,26
Remunerações do pessoal	871.473,82	773.469,71
Encargos sobre Remunerações	195.272,87	174.814,61
Seguro Acidentes Trabalho	8.272,93	6.928,72
Outros gastos com Pessoal	30.077,62	34.621,91
	1.144.695,48	1.028.865,21

	31.dez.2015	31.dez.2014
Benefício de curto prazo (*)	1.130.951,41	1.014.705,06
Outros benefícios (**)	13.744,07	14.160,15
	1.144.695,48	1.028.865,21

(*) Inclui remunerações Órgãos Sociais e Pessoal, encargos, gastos ação social, formação, formações, serviços SHST

(**) Seguro de vida e saúde

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

A ECALMA, no exercício de 2015, reforçou o seu quadro de pessoal com novas contratações (Agentes de estacionamento). Consequentemente, gerou um aumento das remunerações do pessoal, encargos e seguro de acidentes de trabalho. Procedeu-se, ainda, ao ajuste na estimativa de férias e subsídio de férias. Registaram-se, ainda, rescisões de contratos de trabalho por iniciativa dos trabalhadores.

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2015 foi de 71 e no exercício de 2014 foi de 70.

17. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, teve a seguinte decomposição:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Descontos pp obtidos		220,00
Outros rendimentos e ganhos	75.972,82	113.348,99
	75.972,82	113.568,99

Na rubrica "outros rendimentos e ganhos" estão incluídos, essencialmente, valores que se relacionam com imputação de subsídios para investimento no valor de 72 434,61€ e 105 060,92€, nos períodos de 2015 e de 2014, respetivamente, por via das amortizações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.





18. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Impostos	849,89	876,94
Outros gastos e perdas	12.073,55	15.665,47
	12.923,44	16.542,41

Nesta rubrica estão incluídos valores de correções relativas a exercícios anteriores, comissões e outras despesas.

19. Gastos de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	23.174,04	17.850,92
Equipamento básico	63.916,92	108.676,34
Equipamento de transporte	3.042,61	1.972,37
Equipamento administrativo	10.782,63	9.223,86
Outros ativos fixos tangíveis	1.348,59	869,40
	102.264,79	138.592,89

20. Imposto sobre o rendimento

O detalhe da rubrica "Imposto sobre o rendimento" é como se segue:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Imposto corrente	2.895,67	3.616,38
Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos		
Resultados Antes de Impostos	8.031,07	(70.401,99)
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	1.530,80	397,80
Multas, coimas, juros compensatórios	896,08	1.091,30
Outros acréscimos ao rendimento tributável	2.351,62	40,00
Restituição imp. não dedutíveis/excesso de estimativa para imp.		(1.211,55)
Lucro Tributável	12.809,57	(70.084,44)
Reporte de prejuízos fiscais	8.966,70	
Matéria Coletável	3.842,87	(70.084,44)
Impostos à taxa em vigor	807,00	
Tributação Autônoma	1.902,93	3.564,99
Derrama	185,74	51,39
IRC estimado para o exercício	2.895,67	3.616,38





21. Partes relacionadas

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

A Remuneração do Pessoal Chave da Gestão em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foi a seguinte:

	31.dez.2015	31.dez.2014
Conselho de Administração (*)		
Remunerações	39.598,24	39.030,26
Encargos	9.193,55	9.032,37
	48.791,79	48.062,63

(*) Verba rejeitada e Gastos com Pessoal. O Conselho de Administração é constituído por três elementos sendo, apenas, um deles remunerado.

Durante o exercício de 2015, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional. As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração. Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos Parques de Estacionamento.

Transações	31.dez.2015	31.dez.2014
SMAS		
. Abastecimento de Água	2.754,31	2.449,75
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	297.000,00	222.000,00
. Venda de títulos Flexibus	465,00	21,00
Saldos	31.dez.2015	31.dez.2014
SMAS		
. Abastecimento de Água	205,01	126,82
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	0,00	400,00
. Venda de títulos Flexibus	87,00	6,00

Refira-se, ainda, que a ECALMA é detentora de 0.38% (997,60€) de participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada.





22. Outras Divulgações

A ECALMA é Interviente Principal de uma Ação Judicial, em curso à data, cujo Autor é o condomínio de um prédio onde se situa o Parque de Estacionamento da Capitão Leitão (explorado pela Empresa) e a Ré, a Câmara Municipal de Almada (CMA), proprietária de algumas frações do imóvel.

Tendo adquirido uma fração por Contrato de Permuta, a CMA efetuou obras de vulto transformando os três pisos, destinados a arrecadações, e um quarto piso, destinado a garagem, num parque de estacionamento subterrâneo, mexendo nas vigas, pilares e lajes e ligando o prédio ao prédio contíguo, de acordo com a tese do autor. A CMA considera que deu cumprimento a todas as disposições legais e regulamentares, pelo que para a CMA a tese do autor não tem fundamento.

O processo teve início em 24/06/2012, no entanto, a ECALMA só foi chamada a intervir no processo em Maio de 2013.

O Conselho de Administração da empresa entende, de acordo com o parecer da Advogada da Empresa, que não haverá lugar ao pagamento de qualquer quantia por parte da ECALMA devido a este processo.

23. Eventos Subsequentes

Na presente data, o Conselho de Administração da ECALMA não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2015 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nestas demonstrações financeiras.

Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

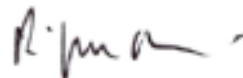
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2016, sendo posteriormente remetidas ao Município de Almada para aprovação.

O Contabilista Certificado



Ana Páscoa

A Administração



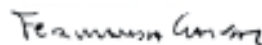
Rui Jorge Martins

(Presidente do Conselho de Administração)



Maria do Carmo Borges

(Vogal Não Executiva do Conselho de Administração)



Fernanda Gaspar

(Vogal Executiva do Conselho de Administração)





JORGE MACEDO • NUNO BORGES • SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / TAX / CONSULTING / OUTSOURCING

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras de **ECALMA – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, EM, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 674.949,74 Euros e um total de capital próprio de 377.083,79 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.135,40 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



JORGE MACEDO • NUNO BORGES • SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / TAX / CONSULTING / OUTSOURCING

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **ECALMA – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, EM, S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 16 de março de 2016

JORGE MACEDO & NUNO BORGES, SROC, LDA

Representada por:

Nuno Miguel Borges Alves Pereira



JORGE MACEDO • NUNO BORGES • SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / TAX / CONSULTING / OUTSOURCING

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor Acionista

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas de **ECALMA – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, EM, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade da Administração.

Através de reuniões com a Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informamo-nos acerca da atividade da Empresa e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos da observância e do cumprimento da lei dos atos da Administração da Empresa e procedemos à verificação periódica, com a profundidade julgada oportuna, dos livros, registos contabilísticos e da documentação que lhe serviu de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Empresa conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2015, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pela Administração e da proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 16 de março de 2016

JORGE MACEDO & NUNO BORGES, SROC, LDA

Representada por:

Nuno Miguel Borges Alves Pereira

Página 1 de 1